

O mito da natureza intocada

El mito de la naturaleza virgen

Taciane Laís da Silva Quadros
Ivamauro Ailton de Sousa Silva
Marcos César da Rocha Seruffo
Universidade Federal do Pará
Castanhal/PA - Brasil

Resumo

Trata-se de uma resenha do livro “O mito moderno da natureza intocada” de Antonio Carlos Sant’Ana Diegues, que discute criticamente acerca do mito ocidental que separa a natureza da sociedade, denunciando a ideologia de modelos conservacionistas excludentes de populações tradicionais. Nesse sentido, o autor defende a etnoconservação como alternativa eficaz e justa. Portanto, a obra constitui referência necessária para debates sobre justiça ambiental, Direitos territoriais e políticas de conservação.

Palavras-chave: Conservação ambiental; Populações tradicionais; Natureza.

Resumen

Se trata de una reseña del libro "El mito moderno de la naturaleza intacta" de Antonio Carlos Sant'Ana Diegues, que discute críticamente el mito occidental que separa la naturaleza de la sociedad, denunciando la ideología de los modelos conservacionistas que excluyen a las poblaciones tradicionales. En este sentido, el autor defiende la etnoconservación como una alternativa efectiva y justa. Por lo tanto, el trabajo constituye una referencia necesaria para los debates sobre justicia ambiental, derechos territoriales y políticas de conservación.

Palabras clave: Conservación del medio ambiente; Poblaciones tradicionales; Naturaleza.

O livro “O Mito Moderno da Natureza Intocada”, de autoria de Antonio Carlos Sant’ana Diegues, publicado em sua 6ª edição, no ano de 2008, pela Editora Hucitec, em parceria com o NUPAUB-USP (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, vinculado à Universidade de São Paulo), reunindo 198 páginas, divididas em treze capítulos. É uma obra para compreender as concepções culturais, científicas e políticas que historicamente, cercam as ideias de conservação, biodiversidade e as dinâmicas entre sociedade e natureza, concentrada na perspectiva da construção ideológica da chamada “natureza intocada”. Sob a ótica analítica, crítica e reflexiva, Diegues desconstrói o mito universal de uma natureza pura e separada do ser humano, evidenciando que essa compreensão se configura na construção preservacionista ocidental, que desconsidera o papel histórico desempenhado por comunidades locais e povos indígenas na preservação dos ecossistemas. Nesse sentido, tais comunidades são apresentadas como elementos constitutivos, legítimos de práticas sustentáveis e de conhecimento ecológico tradicional, que tem sido invisibilizados por políticas institucionais ambientais.

À luz desse contexto e com o fito de compreender os argumentos centrais desenvolvidos por Diegues, considera-se oportuno analisar a estrutura interna da obra, que conforme já mencionado, encontra-se organizada em treze capítulos que articulam fundamentos teóricos, históricos e empíricos, que subsidiam críticas ao modelo hegemônico de preservação ambiental, atravessa o percurso argumentativo sobre a origem do mito da natureza intocada, perpassa pela análise de disseminação institucional e global, até alcançar as propostas de conservação integradas às práticas tradicionais.

Diante desse cenário, o primeiro capítulo intitulado **O surgimento do movimento para criação de áreas naturais protegidas nos Estados Unidos e suas bases ideológicas**, explora as origens ideológicas do movimento de criação de áreas protegidas nos EUA, destacando o conceito de “wilderness”ⁱ e sua relação com o mito do Paraíso Perdido. Aborda ainda, a mudança na percepção do homem em relação à natureza, do domínio para a valorização do selvagem como espaço de beleza e refúgio. Também analisa críticas referente as comunidades indígenas e questiona a narrativa de natureza pura e desabitada, revelando conflitos culturais e sociais, na construção dessas identidades de espaços protegidos.

Nessa perspectiva, o segundo capítulo denominado **Da crítica à exportação do modelo de parques nacionais norte-americanos**, o autor faz críticas ao modelo de parques nacionais dos EUA, à visão antropocêntrica e a dicotomia entre homem e natureza, além de colocar como fulcral, a inclusão das populações tradicionais na conservação. Diegues ainda destaca que a influência desse modelo no terceiro mundo, carrega limitações por meio de uma perspectiva que separa completamente, culturalmente, as populações humanas do ambiente natural e reflete sobre essa visão holística e sustentável.

No que diz respeito ao terceiro capítulo nomeado **Escolas atuais de pensamento ecológico e a Questão das áreas protegidas**, versa sobre a emergência do novo ecologismo na década de 60, que rompe com as práticas tradicionais de proteção da natureza e incorpora críticas à sociedade industrial, ao consumo e a homogeneização cultural. Período marcado por influências estudantis de 1968 e contracultura *hippie* que propunham o retorno às formas de existência mais simples, sustentabilidade e comunidades autônomas, sob a perspectiva que valoriza o mundo natural, enquanto antropocêntrica, defende a exploração controlada de recursos pelo homem.

Por conseguinte, os capítulos 4, 5 e 6, examinam-se as diferentes representações culturais e míticas do mundo natural, destacando como esses simbolismos influenciam as ações humanas em relação ao meio ambiente. O autor apresenta a ideia de neomitosⁱⁱ, que continuam a pautar o pensamento social e a se incorporar em movimentos ligados ao Estado, à nação e etc. Analisa também as abordagens antropológicas acerca da interação entre cultura e natureza, apontando as diferenças e contribuições de cada corrente, como no caso da etnociência. Ressalta, ainda, que as percepções tradicionais – muitas vezes traduzidas em mitos e narrativas – moldam as formas como as comunidades indígenas e rurais se relacionam com o meio, resistindo às mudanças impostas pelo contexto urbano e científico. Sob esse prisma, é apontado as dificuldades conceituais decorrentes da diversidade de termos usados para designar culturas e populações tradicionais, como populações nativas, indígenas e tradicionais. Nesse sentido, Diegues oferece uma definição, descrevendo-as como padrões comportamentais transmitidos socialmente e, discute as transformações enfrentadas por esses grupos frente à pressão das cidades, mercado e indústria, que ameaçam sua identidade e continuidade.

No que tange os capítulos 7, 8 e 9, Diegues analisa historicamente e faz crítica acerca da constituição dos parques nacionais, desde a origem de *Yellowstone*ⁱⁱⁱ nos Estados Unidos, até os debates sobre conservação inclusiva. Inicialmente, voltados à proteção cênica e ao turismo, esses espaços desconsideraram e/ou expulsaram de seus territórios, comunidades tradicionais, povos indígenas e populações ribeirinhas, sob justificativa de conservação. Eventualmente, as concepções de preservação evoluíram para integrar preocupações com a biodiversidade, sustentabilidade e os direitos sociais. O autor ainda destaca a atuação de organismos internacionais, a exemplo, a União Internacional para a Conservação (UICN) e as especificidades do contexto brasileiro – onde a contenda entre conservação ambiental e a justiça social, persistem. Nesse sentido, o escritor defende portanto, modelos de gestão que articulem a proteção ecológica baseado na participação ativa das comunidades locais e na valorização dos saberes tradicionais, como parte de processo decisório.

Analogamente, nos capítulos 10, 11 e 12 são discutidos os modelos tradicionais de conservação ambiental. Diegues fundamenta-se em documentos da UICN para expressar que atividades tradicionais de manejo, como a agricultura itinerante, contribuem para biodiversidade, desafiando a noção de natureza intocada, fazendo críticas ao papel de grandes ONG's conservacionistas internacionais, que despontam para o alinhamento com interesses neoliberais e sua influência sobre políticas ambientais excludentes. Nesse sentido, propõe a etnoconservação como novo paradigma, que integra saberes tradicionais e científicos em práticas de manejo participativas e culturalmente enraizadas. Por fim, no Capítulo 13, o autor retoma criticamente a gênese e os desdobramentos da natureza intocada, onde é demonstrado que a implementação de áreas protegidas com acesso restrito, está alicerçada em mitos advindos da cultura ocidental.

Diante do exposto, convém ressaltar, que a obra de Diegues revela uma abordagem aprofundada e fundamentada sobre as raízes ideológicas e culturais, responsáveis por sustentar a representação da natureza como território intocado e puro, preservada de interferência humana. Na discussão, também é possível notar enredamentos de trama, que se camuflam em construções urbanas e ignoram as percepções de povos e comunidades tradicionais com seus ambientes. Tal fato revela clara conexão com o conservacionismo importado do modelo estadunidense, que se desconecta da complexidade ecológica, social e cultural, com inclinações para exclusão social. O autor também demonstra entendimento crítico ao evidenciar que algumas concepções sociais são influenciadas por mitos modernos,

construído a partir de idealizações urbanas e eurocêntricas, onde o saber científico é colocado em oposição ao conhecimento tradicional, para remontar o imaginário do paraíso perdido.

Contudo, a principal limitação identificada no livro, reside na ausência de proposições detalhadas sobre alternativas práticas integradas que substituam ou ampliem os modelos tradicionais de conservação, que envolvam as populações tradicionais, frente as transformações culturais e as pressões econômicas. No entanto, urge salientar que essa lacuna não compromete o mérito da obra. No mais, cumpre destacar, que O mito moderno da natureza intocada, é uma leitura imprescindível para todos aqueles interessados em ciências ambientais, antropologia, política e cultura, convidando para uma reflexão crítica e plural sobre as práticas contemporâneas de conservação e gestão ambiental.

Referência

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB/USP, 2008.

Notas

ⁱ É um termo que, na tradição norte-americana, refere-se a áreas de natureza selvagem, representando espaços não explorados. São regiões caracterizadas pela ausência de intervenção humana e por sua beleza natural intocada.

ⁱⁱ São mitos modernos que surgiram ou reforçaram na contemporaneidade, após a dissolução das antigas mitologias tradicionais.

ⁱⁱⁱ Considerado o primeiro exemplo de área natural preservada no interesse público, criada em 1872, nos Estados Unidos.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Sobre os autores

Taciane Laís da Silva Quadros

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: lais.quadros@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4075-8311>

Ivamauro Ailton de Sousa Silva

Doutor em Geografia (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: ivamauro@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6245-7204>

Marcos César da Rocha Seruffo

Doutor em Engenharia Elétrica (PPGEE). Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: seruffo@ufpa.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8106-0560>

Recebido em: 02/07/2025

Aceito para publicação em: 02/07/2025